

de cedência de interesse público, sem suspensão do estatuto de origem.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 28 de Junho de 2011.

12 de Julho de 2011. — O Secretário de Estado da Cultura, *Francisco José Viegas*.

204960857

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares

Despacho n.º 9481/2011

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio em comissão de serviço o licenciado Hugo Filipe Lopes Nogueira para exercer o cargo de adjunto do meu Gabinete.

A presente nomeação produz efeitos a 1 de Julho de 2011.

22 de Julho de 2011. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, *Feliciano José Barreiras Duarte*.

13572011

Despacho n.º 9482/2011

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos n.ºs 1 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio em comissão de serviço Marina Rodrigues Franco Neves assistente técnica da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros para exercer o cargo de secretária pessoal do meu Gabinete, em cedência de interesse público.

A presente nomeação produz efeitos a 28 de Junho de 2011.

22 de Julho de 2011. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, *Feliciano José Barreiras Duarte*.

13562011

Despacho n.º 9483/2011

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio em comissão de serviço o mestre Ademar Vála Marques para exercer o cargo de adjunto do meu Gabinete.

A presente nomeação produz efeitos a 1 de Julho de 2011.

22 de Julho de 2011. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, *Feliciano José Barreiras Duarte*.

13552011

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral dos Impostos

Despacho n.º 9484/2011

Para efeitos do n.º 2 do artigo 10.º do Código do IRC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, reconhece-se à Apoiar — Associação Portuguesa de Apoio a África, com o número de identificação de pessoa colectiva 503996696, com sede na Rua Pêro da Covilhã, 145, rés-do-chão, direito, Alapraia, 2765-183 Estoril, a isenção de IRC nos termos e com a seguinte amplitude:

Categoria B — rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários;

Categoria E — rendimentos de capitais com excepção dos provenientes de quaisquer títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor;

Categoria F — rendimentos prediais;

Categoria G — incrementos patrimoniais.

Esta isenção, aplica-se a partir de 2000/02/05, data do seu registo como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e é válida por um período de dois anos, ficando a revalidação a depender da manutenção da qualidade

de ONGD, mediante o reconhecimento nos termos do artigo 8.º da Lei n.º 66/98, de 14 de Outubro.

A partir de 2001/01/01, a ONGD fica condicionada à observância continuada dos requisitos estabelecidos nas alíneas a), b), e c) do n.º 3 do artigo 10.º do Código do IRC, com as consequências, em caso de incumprimento, previstas nos n.ºs 4 e 5 desta disposição.

7 de Abril de 2010. — O Substituto Legal do Director-Geral dos Impostos (por subdelegação, despacho n.º 3673/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 01/03/2010, e aviso n.º 7337/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 71, de 13/04/2010), *José Ribeiro Elias Durão*.

304794086

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

FORÇA AÉREA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

Portaria n.º 665/2011

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os militares em seguida mencionados, que concluíram o Curso em Ciências Militares Aeronáuticas da especialidade de Piloto Aviador em 22JUN2011, tenham o posto e ingressem no Quadro que lhes vai indicado, desde 23JUN2011, nos termos do n.º 1 do artigo 167.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 213.º e do artigo 248.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25JUN, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 AGO.

Quadro de Oficiais PILAV

Alfêres, os:

ASPOFG — PILAV — 133613 — E — Carlos Alberto Ferreira Fonseca — AFA

ASPOFG — PILAV — 133618 — F — Miguel Flausino Pereira Branco — AFA

ASPOFG — PILAV — 133612 — G — Alexandre Vieira Dos Santos Gil — AFA

ASPOFG — PILAV — 133539 — B — Nélson Filipe Duro Matos — AFA

ASPOFG — PILAV — 132974 — L — Mário Miguel Nunes Gonçalves — AFA

Contam a antiguidade e os efeitos administrativos desde 01OUT2010.

Preenchem vagas em aberto no respectivo quadro.

São integrados na posição remuneratória 1 do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14OUT.

22 de Junho de 2011. — O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, *José António de Magalhães Araújo Pinheiro*, general.

204960249

Comando de Pessoal da Força Aérea

Portaria n.º 666/2011

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o oficial em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 4 do artigo 165.º, do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99 de 25JUN, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30AGO, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, na alínea c) do n.º 1 do artigo 217.º e no n.º 4 do artigo 254.º do mesmo Estatuto:

Quadro de Oficiais ENGEL

Major:

MAJG ENGEL Q 111524-D Maria de Fátima Alves Nunes Bento — AFA

Ocupa transitoriamente, nos termos do n.º 5 do artigo 165.º do EMFAR, a vaga de TCOR ENGEL em aberto no respectivo quadro especial.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 01OUT2009.

Fica colocado na respectiva lista de antiguidades à direita do MAJ ENGEL 111683-F Luís Miguel Correia Carvalho.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18AGO.

15 de Julho de 2011 — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante, *Carlos José Tia*, TGEN/PILAV.

204961529

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 9485/2011

1 — Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e do artigo 11.º, ambos do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Lídia Caliça da Rocha Sousa Monteiro, assistente técnica do quadro da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, para exercer funções de coordenação da secretaria de apoio ao meu Gabinete, ao gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna e ao gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna, em regime de comissão de serviço, através de acordo de cedência de interesse público.

2 — A nomeada é equiparada, para efeitos retributivos, a secretária pessoal do Gabinete, auferindo todos os subsídios e demais regalias inerentes ao exercício de funções nos gabinetes dos membros do Governo.

3 — A presente nomeação é feita pelo prazo de um ano, tácita e sucessivamente renovado por iguais períodos de tempo, sem prejuízo da possibilidade de revogação em qualquer momento.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 21 de Junho de 2011.

20 de Julho de 2011. — O Ministro da Administração Interna, *Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva*.

204961342

Autoridade Nacional de Protecção Civil

Despacho n.º 9486/2011

Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º e no artigo 28.º, ambos do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, conjugado com o artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 97/2005, de 16 de Junho, pelo Decreto-Lei n.º 21/2006, de 2 de Fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 123/2008, de 15 de Julho, e com o n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril é renovada, após proposta do comandante operacional nacional, e por um período de três anos, a comissão de serviço do adjunto de operações nacional do Comando Nacional de Operações de Socorro, Engenheiro Miguel Lérias da Cruz, cujo primeiro triénio teve início em 23 de Junho de 2008.

28 de Março de 2011. — O Presidente, *Arnaldo Cruz*.

204840847

Despacho n.º 9487/2011

Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º e no artigo 28.º, ambos do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, conjugado com o artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 97/2005, de 16 de Junho, pelo Decreto-Lei n.º 21/2006, de 2 de Fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 123/2008, de 15 de Julho, e com o n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril é renovada, após proposta do comandante operacional nacional, ouvido o comandante operacional distrital de Santarém e por um período de três anos, a comissão de serviço da adjunta de operações distrital do Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém, Licenciada Lurdes Conceição Monteiro da Fonseca, cujo primeiro triénio teve início em 1 de Junho de 2008.

28 de Março de 2011. — O Presidente, *Arnaldo Cruz*.

204840774

Despacho n.º 9488/2011

Nomeação para o cargo de Dirigente Intermédio de 2.º grau — Chefe do Núcleo de Infraestruturas e Equipamentos, da Direcção Nacional de Bombeiros, da Autoridade Nacional de Protecção Civil.

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, prevê, no n.º 4 do seu artigo 2.º, conjugado com o artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau seja efectuado por selecção de entre trabalhadores com quatro anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que o júri, na acta final que integra o respectivo procedimento concursal, propôs a nomeação do candidato admitido, Engenheiro Roberto Reynolds Valadares por reunir as condições exigidas para o desempenho do cargo a prover;

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, nomeio em comissão de serviço, e pelo período de três anos, o Engenheiro Roberto Reynolds Valadares para o cargo de Chefe do Núcleo de Infra-Estruturas e Equipamentos da Direcção Nacional de Bombeiros.

A presente nomeação tem efeitos à data da assinatura do despacho.

14 de Abril de 2011. — O Presidente, *Arnaldo Cruz*.

Síntese curricular

Nome: Roberto Reynolds Valadares

Data de Nascimento: 23.08.1969

2 — Habilitações Académicas e Profissionais

2008 — 2010 — Mestre em Segurança aos Incêndios Urbanos. Universidade de Coimbra.

2006 — Curso de Alta Direcção em Administração Pública (CADAP), Instituto Nacional da Administração.

2001 — 2002 — Pós -graduado em Segurança Higiene e Saúde no Trabalho. Instituto Superior Técnico.

1997 — 2000 — Pós -graduado em Hidráulica e Recursos Hídricos. Instituto Superior Técnico.

1992 — 1997 — Licenciado em Engenharia do Território. Instituto Superior Técnico.

3 — Actividade Profissional:

Desde Fevereiro de 2010 — Chefe do Núcleo de Infra-estruturas e Equipamentos em regime de substituição da Autoridade Nacional de Protecção Civil, Ministério da Administração Interna. Gestão do Programa de Apoio às Infra-estruturas, veículos e equipamentos dos Corpos de Bombeiros. Apoio à execução do modelo de financiamentos dos Corpos de Bombeiros. Coordenador da Comissão de Especificações Técnicas de Veículos e Equipamentos Operacionais dos Corpos de Bombeiros.

De Janeiro de 2006 a Janeiro de 2010 — Técnico Superior da Inspeção -Geral das Actividades Culturais, Ministério da Cultura. Análise de projectos de arquitectura e segurança contra incêndio. Realização de vistorias a recintos de espectáculos de natureza artística.

Dez. 2001 a Dez. 2005 — Técnico Superior da Divisão de Equipamentos, Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal da Amadora. Fiscalização de empreitadas de obras públicas, elaboração de cadernos de encargos, controlo financeiros de obras públicas Júri de concursos de empreitadas de obras públicas e fornecimento de bens e serviços. Coordenação de segurança e saúde em estaleiros temporários ou móveis.

Fev. 1998 a Dez. 2001 — Técnico da Equipa de Projecto do Plano Nacional da Água, Instituto da Água, Ministério do Ambiente. Elaboração do Plano Nacional da Água — Recursos Hídricos de Superfície. Apoio às Equipas dos Planos de Bacia Hidrográfica. Apoio técnico no âmbito da Convenção Luso Espanhola

4 — Outras Actividades

Formador certificado na área da Segurança no Trabalho no âmbito do Curso de Técnico Superior de Segurança Higiene e Saúde no Trabalho.

204806446